



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Especialidade Arquivologia



Prova Cargo B02, Tipo 1

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição

MODELO

P R O V A

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Maio/2004

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

Pobreza e indigência

Como se quantifica o número de pobres existentes no Brasil? É necessário, em primeiro lugar, definir o que é um pobre. Pouca gente teria dificuldade em dar sua própria definição. Provavelmente a maioria diria que os pobres são aqueles que ganham mal e têm pouco ou nenhum patrimônio. São as pessoas que pedem dinheiro nas ruas ou vivem de trabalhos precários. Embora suficiente para conversas informais sobre o assunto, trata-se de definição muito imprecisa. Um exemplo: como qualificar empregadas domésticas que trabalham em casas de famílias ricas de São Paulo, Porto Alegre ou Rio de Janeiro? Em comparação com os patrões, é razoável imaginar que elas sejam consideradas pobres, mas em comparação com um miserável do interior do Nordeste, que passa fome durante vários meses do ano, certamente isso não seria verdade.

Para que a discussão sobre o tema possa ser feita em bases mais sólidas, é vital avançar para uma definição mais rigorosa. Na maioria dos trabalhos acadêmicos, a contagem dos pobres é realizada da seguinte forma: admite-se, em primeiro lugar, uma cesta de bens e serviços (alimentos, transporte, moradia etc.) à qual todo mundo deveria ter acesso para não ser considerado pobre. A seguir, atribui-se um valor monetário a essa cesta (que pode variar de região para região), também chamado de linha de pobreza. A partir daí, verifica-se quem tem renda superior ao valor da cesta (os que não são pobres) e quem tem renda inferior (os que são pobres). É claro que aqueles com renda inferior não conseguem comprar todos os bens e serviços da cesta. Portanto, o número de pobres depende sempre da definição do que é a linha de pobreza.

O mesmo argumento vale para a linha de indigência. A cesta de bens inclui, nesse caso, apenas os alimentos mínimos necessários para que a pessoa permaneça viva, de acordo com os padrões da Organização Mundial da Saúde. Ou seja, teoricamente, quem está abaixo da linha de indigência não conseguiria sequer sobreviver – se o faz é porque complementa minimamente sua renda com esmolas ou algum tipo de cultura de subsistência, que representa um recurso adicional que não é levado em conta pelos pesquisadores.

(André Lahóz. Revista **VEJA**, 15/05/2002)

1. De acordo com o texto, uma quantificação objetiva do número de **pobres** no Brasil depende
- (A) de uma fixação criteriosa do que seja, exatamente, a linha de indigência.
 - (B) da fixação do valor monetário de uma determinada cesta de bens e serviços.
 - (C) dos padrões que venham a ser fixados pela Organização Mundial de Saúde.
 - (D) dos critérios acadêmicos que permitem subestimar as diferenças regionais.
 - (E) de pesquisas orientadas por diferentes critérios e metodologia.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. A maioria das pessoas tem uma precária definição do que seja **pobreza**, precariedade que compromete o nível das pesquisas acadêmicas sobre o tema.
- II. O acesso ou falta de acesso a determinados bens e serviços é um critério pelo qual se identificam os que estão acima e os que estão abaixo da linha de pobreza.
- III. A linha de indigência é definida pelo acesso parcial de um indivíduo tanto aos bens como aos serviços considerados essenciais para o pleno exercício de sua cidadania.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

3. No segundo parágrafo, a utilização das expressões **em primeiro lugar**, **a seguir** e **a partir daí** presta-se a descrever uma metodologia de trabalho baseada em

- (A) um alargamento de possibilidades.
- (B) uma concomitância de fatos.
- (C) uma série de alternativas.
- (D) um encadeamento de operações.
- (E) uma sucessão de hipóteses.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão do texto em

- (A) *embora suficiente* = ainda que bastante
- (B) *em bases mais sólidas* = de modo mais especulativo
- (C) *atribui-se um valor monetário* = calcula-se a demanda
- (D) *cultura de subsistência* = hábitos da pobreza
- (E) *recurso adicional* = atribuição necessária

5. Os tempos verbais estão corretamente articulados na frase:

- (A) Para que a discussão sobre o tema pudesse ser feita em bases mais sólidas, será vital avançar para uma definição mais rigorosa.
- (B) Para que uma discussão sobre o tema venha a ser feita em bases mais sólidas, é vital que se avançaria para uma definição mais rigorosa.
- (C) A cesta de bens incluiria, nesse caso, apenas os alimentos mínimos necessários para que a pessoa permaneceria viva.
- (D) Teoricamente, quem estiver abaixo da linha de indigência não terá conseguido sequer sobreviver.
- (E) Teoricamente, quem estivesse abaixo da linha de indigência não conseguiria sequer sobreviver.

<p>6. Quanto à concordância verbal, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Nenhum de nós haveriam de encontrar dificuldade em propormos, cada um de acordo com seus critérios, uma definição de pobreza.</p> <p>(B) Quem dispuser de recursos suficientes para a aquisição de todos os bens e serviços indicados estarão acima da linha de pobreza.</p> <p>(C) Não se inclui, entre os bens e serviços, viagens de lazer, que, injustamente, não são consideradas essenciais, nesse tipo de cesta básica.</p> <p>(D) Não se sabe exatamente quais bens e serviços compõem essa cesta, quais os produtos a que se deve ter acesso para se situar acima da linha de pobreza.</p> <p>(E) Embora se saiba que muita gente arrecade, com esmolas, mais do que um salário mínimo, consideram-se que estão abaixo da linha de indigência.</p>	<p>10. Está inteiramente clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Não obstante muita gente seja capaz de formular sua própria definição do que é um pobre, a falta de rigor desse conceito torna imprecisa a demarcação do que se entende por linha de pobreza.</p> <p>(B) Não é simples quantificar os pobres que existem no Brasil, mesmo porque se há muita gente que o faça não quer dizer que todos eles tenham uma clara definição do que venha ser pobreza.</p> <p>(C) Como não há clareza quanto a uma definição de pobreza no Brasil, esta falta de rigor leva a um critério pelo qual é incompatível a quantificação dos pobres existentes em nosso país.</p> <p>(D) A dificuldade de se quantificar os pobres do Brasil deve-se à falta de precisão com que ela é feita, mesmo porque não há clareza entre aqueles que pretendem definir o que a pobreza seria efetivamente.</p> <p>(E) A demarcação da linha de pobreza subtende uma clara definição desta, pois caso contrário haveria uma tal oscilação nos critérios que se torna impossível não apenas definir os pobres, quanto mais quantificá-los.</p>
<p>7. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>A cesta de bens inclui apenas os alimentos mínimos necessários à subsistência</i>, a forma verbal resultante será</p> <p>(A) está incluído.</p> <p>(B) estarão incluídos.</p> <p>(C) são incluídos.</p> <p>(D) terão sido incluídos.</p> <p>(E) têm sido incluídos.</p>	<p>11. <i>A cesta de bens inclui, nesse caso, apenas os alimentos mínimos necessários para que a pessoa permaneça viva, de acordo com os padrões da Organização Mundial da Saúde.</i></p> <p>A redação desse período do texto deve ser aprimorada, pois</p> <p>I. a expressão <i>nesse caso</i> tem sentido obscuro, já que o contexto do último parágrafo não permite saber de que <i>caso</i> se trata.</p> <p>II. a expressão <i>de acordo com os padrões da Organização Mundial da Saúde</i> tem dupla leitura, pois tanto pode se referir a <i>permaneça viva</i> quanto a <i>alimentos mínimos necessários</i>.</p> <p>III. A proximidade entre termos <i>inclui</i> e <i>apenas</i> gera uma contradição que prejudica o sentido da frase.</p> <p>É correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>8. No contexto do último parágrafo, a construção <i>se o faz</i> tem o sentido de</p> <p>(A) se está abaixo da linha de indigência.</p> <p>(B) se complementa sua renda com esmolas.</p> <p>(C) se considerarmos a teoria.</p> <p>(D) se representar um recurso adicional.</p> <p>(E) se consegue sobreviver.</p>	<p>12. Estão corretos o emprego e a flexão dos verbos na seguinte frase:</p> <p>(A) Quando eles virem a receber o suficiente para a aquisição desses bens e serviços, situar-se-ão acima da linha de pobreza.</p> <p>(B) Quem se provém apenas do estritamente necessário para não morrer de fome inclui-se na chamada linha de indigência.</p> <p>(C) Se alguém se contrapor a esse método de quantificação dos pobres, os acadêmicos refutarão demonstrando o rigor de seus critérios.</p> <p>(D) Caso tal metodologia não conviesse aos acadêmicos, eles tê-la-iam abandonado e substituído por outra.</p> <p>(E) Os acadêmicos há muito comporam uma cesta de bens e serviços em cujo valor monetário se baseiam para fixar a linha de pobreza.</p>
<p>9. Na frase <i>Admite-se uma cesta de bens e serviços à qual todo mundo deveria ter acesso</i>, o segmento sublinhado pode ser corretamente substituído, sem prejuízo de sentido, por</p> <p>(A) a que todos deveriam ser acessíveis.</p> <p>(B) para a qual todo mundo estaria disponível.</p> <p>(C) cujo alcance fosse possível a todos.</p> <p>(D) de cuja todos pudessem ter acesso.</p> <p>(E) pela qual todo mundo poderia contar.</p>	

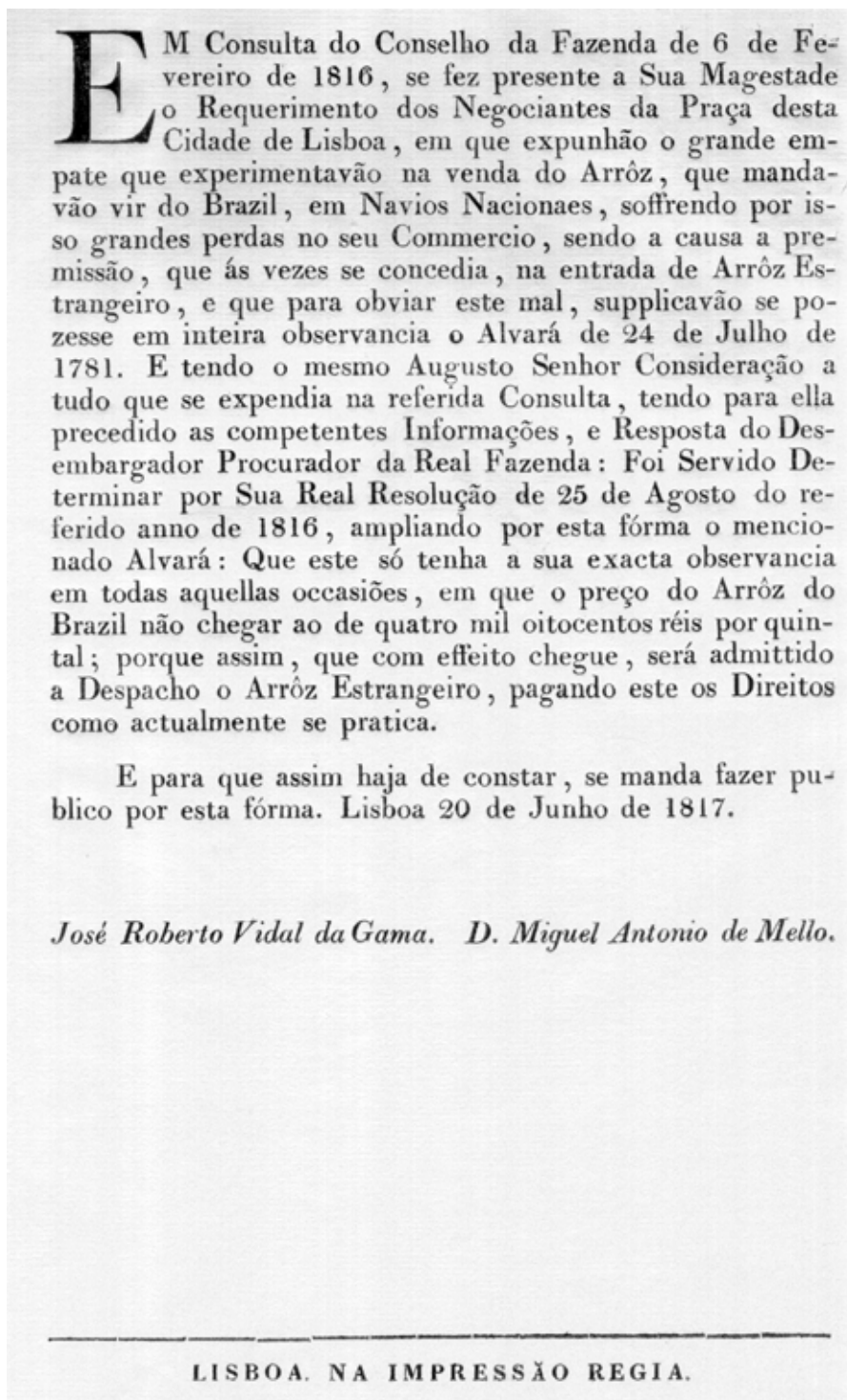
<p>13. Pode-se, corretamente, e sem prejuízo para o sentido do contexto, substituir o elemento sublinhado na frase</p> <p>(A) <u>Para que</u> a discussão possa ser feita em bases mais sólidas por desde que.</p> <p>(B) <u>Embora</u> suficientes para conversas informais sobre o assunto por uma vez.</p> <p>(C) A cesta de bens inclui, <u>nesse caso</u>, apenas os alimentos necessários para que a pessoa permaneça viva por mesmo assim.</p> <p>(D) A maioria diria que os pobres são <u>aqueles</u> que ganham mal por os mesmos.</p> <p>(E) <u>Ou seja</u>, teoricamente, quem está abaixo da linha de indigência não conseguiria sequer sobreviver por vale dizer.</p>	<p>16. NÃO é de competência da União a atribuição de</p> <p>(A) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.</p> <p>(B) elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.</p> <p>(C) organizar e manter a polícia civil, militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.</p> <p>(D) promover, nas áreas municipais, o adequado ordenamento territorial, mediante controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.</p> <p>(E) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e inundações.</p>
<p>14. Justificam-se inteiramente ambas as ocorrências do sinal de crase em:</p> <p>(A) Os que têm pleno acesso àquilo que oferece a cesta de bens e serviços devem considerar-se à margem da pobreza.</p> <p>(B) Quem atribui um valor monetário à essa cesta de bens e serviços está-se habilitando à definir uma linha de pobreza.</p> <p>(C) Não falta, à maioria das pessoas, uma definição de pobreza; o que falta à uma boa definição é o rigor de um bom critério.</p> <p>(D) Há quem recrimine à cultura da subsistência, imputando-lhe à responsabilidade pelo mascaramento da real situação de miséria de muitos brasileiros.</p> <p>(E) Os que têm proventos inferiores à quantia necessária para a aquisição dessa cesta deixam de atender à todas as suas necessidades básicas.</p>	<p>17. Os magistrados dos Tribunais Regionais do Trabalho serão apenas os</p> <p>(A) juizes do Trabalho, escolhidos por promoção, alternadamente, por antigüidade e merecimento e os desembargadores.</p> <p>(B) juizes federais, os juizes de Direito dos Estados e os juizes classistas das Varas do Trabalho.</p> <p>(C) membros do Ministério Público do Trabalho, os advogados da Advocacia-Geral da União e os integrantes do Juízo Arbitral.</p> <p>(D) Desembargadores dos Tribunais do Trabalho, os membros do Ministério Público Federal e os advogados.</p> <p>(E) juizes do trabalho, os advogados e os membros do Ministério Público do Trabalho.</p>
<p>15. Estão corretamente grafadas todas as palavras da frase:</p> <p>(A) Não devem prevalecer nossas intuições ou percepções mais imediatas, mas apenas os critérios mais objetivos, quando se trata de formular alguma precisa definição.</p> <p>(B) A todos os que apenas subsistem, como é o caso de quem vive da mendicância, negam-se os direitos da cidadania, ao passo que para uns poucos reservam-se todos os privilégios.</p> <p>(C) Não se constitui uma sociedade verdadeiramente democrática enquanto não venham a incluir-se nela aqueles que, já a séculos, vivem mais do sistema de favor que de um trabalho digno.</p> <p>(D) Os que alferem lucros excessivos na exploração do trabalho alheio também devem ser responsabilizados pelo contigente de infelizes que estão abaixo da linha de pobreza.</p> <p>(E) Deve-se à inépsia ou à má fé de sucessivos governos, que descuraram a implementação de medidas de caráter social, o fato de que continua crescendo o número de pobres e indigentes em nosso país.</p>	<p>18. No que diz respeito ao Congresso Nacional, considere as afirmativas:</p> <p>I. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria qualificada de votos, presente a maioria simples de seus membros.</p> <p>II. Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.</p> <p>III. Cada Senador será eleito com dois suplentes.</p> <p>IV. a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo princípio majoritário e o Senado com representantes eleitos pelo sistema proporcional.</p> <p>Está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) II e IV.</p>

<p>19. O exercício do poder vinculado ocorre quando a</p> <p>(A) autoridade, ante certa circunstância, é obrigada a tomar decisão determinada, pois a única conduta é ditada previamente pela norma jurídica.</p> <p>(B) autoridade administrativa, em decorrência de uma situação fática, vale-se da faculdade de escolher uma, dentre duas alternativas contidas na norma legal.</p> <p>(C) lei é omissa, porque não é possível prever todas as situações supervenientes ao momento de sua promulgação.</p> <p>(D) lei prevê determinada competência, mas não estabelece a conduta a ser adotada.</p> <p>(E) lei expressamente o confere à Administração, caso em que esta poderá agir ilimitadamente para atingir seu objetivo.</p>	<p>23. São requisitos da relação de emprego:</p> <p>(A) impessoalidade, não eventualidade, subordinação jurídica e onerosidade.</p> <p>(B) impessoalidade, não eventualidade, subordinação econômica e onerosidade.</p> <p>(C) pessoalidade, não eventualidade, subordinação jurídica e onerosidade.</p> <p>(D) pessoalidade, eventualidade, subordinação jurídica e gratuidade.</p> <p>(E) pessoalidade, eventualidade, subordinação jurídica e gratuidade.</p>
<p>20. Constituem requisitos dos atos administrativos, além do motivo, a</p> <p>(A) finalidade, a imperatividade, o objeto e a auto-executoriedade.</p> <p>(B) imperatividade, o objeto, a forma e a auto-executoriedade.</p> <p>(C) forma, o objeto, a finalidade e a competência.</p> <p>(D) imperatividade, a finalidade, a forma e a finalidade.</p> <p>(E) competência, o objeto, a finalidade e a imperatividade.</p>	<p>24. São entendidos como horários mistos pela CLT, os que</p> <p>(A) abrangem períodos diurnos e noturnos.</p> <p>(B) ultrapassam a jornada de 8 horas.</p> <p>(C) são cumpridos em turnos ininterruptos de revezamento.</p> <p>(D) exigem prestação de serviços aos domingos.</p> <p>(E) dizem respeito ao trabalho em regime de tempo parcial.</p>
<p>21. Pedro, natural de Colatina, é funcionário público, exercendo as funções de arquivista de um Tribunal da cidade de Vitória, sendo que reside na cidade de São Mateus. Sua esposa e filhos moram em Linhares. Todos os seus bens estão localizados em Guarapari. Considera-se domicílio necessário de Pedro, para os efeitos legais, a cidade de</p> <p>(A) Guarapari.</p> <p>(B) Vitória.</p> <p>(C) Linhares.</p> <p>(D) Colatina.</p> <p>(E) São Mateus.</p>	<p>25. Impede, por si só, a equiparação salarial a</p> <p>(A) diferença de sexo dos empregados.</p> <p>(B) prestação de serviços em horários distintos.</p> <p>(C) diferença de faixa etária dos empregados.</p> <p>(D) diferença de grau de escolaridade.</p> <p>(E) existência de pessoal organizado em quadro de carreira.</p>
<p>22. Os edifícios onde estão instalados os arquivos dos Tribunais Federais e as ruas onde os mesmos se localizam são, respectivamente, bens públicos</p> <p>(A) de uso especial e dominical.</p> <p>(B) dominical e de uso comum do povo.</p> <p>(C) de uso comum do povo e dominical.</p> <p>(D) de uso comum do povo e de uso especial.</p> <p>(E) de uso especial e de uso comum do povo.</p>	<p>26. Dentre outras possibilidades, a conta vinculada do FGTS poderá ser movimentada pelo trabalhador</p> <p>(A) a partir dos 65 anos de idade.</p> <p>(B) quando qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV.</p> <p>(C) quando despedido por justa causa.</p> <p>(D) por ocasião de seu casamento.</p> <p>(E) por ocasião de morte do cônjuge ou de dependente.</p>

<p>27. A Justiça do Trabalho é competente para julgar as questões relativas a</p> <p>(A) locação de imóvel do empregador pelo empregado.</p> <p>(B) servidores públicos estatutários.</p> <p>(C) recolhimento da contribuição sindical.</p> <p>(D) trabalhadores avulsos.</p> <p>(E) crimes contra a organização do trabalho.</p>	<p style="text-align: center;">CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</p> <p>31. Diz-se que os documentos de arquivo perdem sentido se considerados fora de seu meio genético, isto é,</p> <p>(A) permitem recuperar a organicidade do conjunto.</p> <p>(B) tornam efetivos e válidos os encargos e disposições neles contidos.</p> <p>(C) assumem qualidades que demonstram a aquisição, manutenção e extinção de direitos.</p> <p>(D) deixam de refletir as atividades da entidade que os acumulou.</p> <p>(E) ficam desprovidos de autenticidade.</p>
<p>28. No procedimento sumaríssimo,</p> <p>(A) podem depor até duas testemunhas, no máximo.</p> <p>(B) a sentença dispensa o relatório.</p> <p>(C) o valor da causa não pode exceder a 20 salários mínimos.</p> <p>(D) é dispensada a tentativa de conciliação.</p> <p>(E) não é admitida a prova técnica.</p>	<p>32. Dentre os princípios arquivísticos, incluem-se:</p> <p>(A) proveniência e finitude.</p> <p>(B) proveniência e indivisibilidade.</p> <p>(C) ordenação e desenvolvimento.</p> <p>(D) relevância e pertinência.</p> <p>(E) unicidade e rotatividade.</p>
<p>29. De acordo com o Código de Processo Civil, podem ser identificados como <u>partes</u> no processo:</p> <p>(A) advogados do autor e do réu.</p> <p>(B) juiz e advogados.</p> <p>(C) autor e réu.</p> <p>(D) juiz, autor e réu.</p> <p>(E) juiz, autor, réu e advogados.</p>	<p>33. A acumulação, formação típica dos arquivos, opõe-se à coleção, em que há</p> <p>(A) procedimentos seletivos de reunião de documentos.</p> <p>(B) transferência natural de documentos.</p> <p>(C) relações orgânicas entre os documentos.</p> <p>(D) correspondência entre os documentos e as atividades da instituição.</p> <p>(E) ligação entre os valores primários e secundários dos documentos.</p>
<p>30. O Código de Processo Civil NÃO exige que a petição inicial indique</p> <p>(A) a denominação da ação que está sendo proposta.</p> <p>(B) o juiz ou tribunal, a que é dirigida.</p> <p>(C) os nomes, prenomes, estado civil, profissão e domicílio do autor e do réu.</p> <p>(D) o requerimento de citação do réu.</p> <p>(E) o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.</p>	<p>34. Uma entidade, pública ou privada, deve organizar seus arquivos com base</p> <p>(A) nas linguagens ou sistemas de signos adotados para comunicar os diferentes conteúdos.</p> <p>(B) nos assuntos tratados na correspondência dos seus órgãos de cúpula.</p> <p>(C) nos códigos de classificação dos documentos do governo federal.</p> <p>(D) na distribuição hierárquica dos documentos em dez grandes classes.</p> <p>(E) nas competências, funções e atividades por ela desenvolvidas.</p> <p>35. De acordo com o disposto no Decreto n. 1.173 de 29 de junho de 1994, compete ao Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, entre outras atribuições,</p> <p>(A) premiar anualmente os profissionais que mais se destacam na área arquivística.</p> <p>(B) recolher ao Arquivo Nacional os documentos privados de interesse público.</p> <p>(C) enviar representantes da comunidade arquivística brasileira para os eventos internacionais.</p> <p>(D) exercer orientação normativa com vistas à gestão de documentos de arquivo.</p> <p>(E) fiscalizar os cursos de graduação em Arquivologia existentes no Brasil.</p>

<p>36. Consideram-se públicos os documentos</p> <p>(A) produzidos, recebidos e acumulados pelos órgãos do poder público no desempenho de suas atividades.</p> <p>(B) cujo conteúdo não seja de conhecimento das pessoas jurídicas de direito privado.</p> <p>(C) reproduzidos por instituições do poder público.</p> <p>(D) fiscalizados pelo Ministério Público, no âmbito de suas atribuições.</p> <p>(E) submetidos a venda pública, em favor de uma entidade estatal.</p>	<p>41. Na prática da avaliação, são em geral considerados de valor permanente</p> <p>(A) as cópias cujos originais são conservados.</p> <p>(B) os documentos cujos textos estão reproduzidos em outros.</p> <p>(C) os documentos que comprovam a origem da entidade.</p> <p>(D) os documentos desprovidos de interesse para a administração.</p> <p>(E) os documentos apócrifos.</p>
<p>37. Por diagnóstico de arquivos entende-se</p> <p>(A) o recolhimento da massa documental acumulada.</p> <p>(B) a elaboração de planos de destinação de documentos.</p> <p>(C) a execução das determinações das tabelas de temporalidade.</p> <p>(D) a aplicação das normas ISAD(G).</p> <p>(E) a análise das informações básicas sobre arquivos.</p>	<p>42. Na avaliação de documentos de arquivo,</p> <p>(A) as grandes massas acumuladas facilitam o processo de triagem de documentos.</p> <p>(B) a adoção do método numérico-cronológico pelos protocolos dos órgãos públicos é um poderoso instrumento de apoio.</p> <p>(C) o descarte independe de instrumentos legais que o autorizem.</p> <p>(D) a liberação de espaço físico tem sido um argumento forte.</p> <p>(E) a eliminação de documentos, segundo recomendação do CONARQ, não pode ser feita por meio de fragmentação manual ou mecânica.</p>
<p>38. Na elaboração da tabela de temporalidade, são atividades prévias:</p> <p>(A) eliminações de documentos supérfluos e repetitivos.</p> <p>(B) pesquisas sobre estrutura e funcionamento do órgão produtor.</p> <p>(C) remissivas entre documentos do arquivo corrente e do arquivo intermediário.</p> <p>(D) relações de documentos a serem microfilmados.</p> <p>(E) recolhimento das séries documentais ao arquivo permanente.</p>	<p>43. No contexto da avaliação,</p> <p>(A) os documentos de guarda permanente são desprovidos de valor primário.</p> <p>(B) os valores probatórios e informativos são mutuamente excludentes.</p> <p>(C) todos os documentos de valor probatório têm valor legal.</p> <p>(D) os documentos de valor administrativo são aqueles que asseguram a aquisição, manutenção e extinção de direitos.</p> <p>(E) os valores probatórios e informativos podem ser em grande parte coincidentes.</p>
<p>39. Dentre os fatores que definem os arquivos correntes, distinguindo-os dos intermediários e permanentes, estão</p> <p>(A) a autuação e a prescrição.</p> <p>(B) os usos jurídico e cultural.</p> <p>(C) a vigência e a frequência de uso.</p> <p>(D) o valor primário e o valor secundário.</p> <p>(E) as datas tópica e cronológica.</p>	<p>44. O gênero distingue os documentos</p> <p>(A) textuais dos iconográficos e audiovisuais.</p> <p>(B) públicos dos privados e notariais.</p> <p>(C) sigilosos dos reservados e confidenciais.</p> <p>(D) ativos dos semi-ativos e inativos.</p> <p>(E) manuscritos dos impressos e dactiloscritos.</p>
<p>40. Ao setor de protocolo cabe, entre outras atribuições, receber os documentos e promover</p> <p>(A) sua destinação e transferência.</p> <p>(B) seu registro e movimentação.</p> <p>(C) sua redação e classificação.</p> <p>(D) seu recolhimento e arquivamento.</p> <p>(E) sua certificação e encaminhamento.</p>	<p>45. Na caracterização de espécies documentais, o atestado</p> <p>(A) é oficial e a certidão, particular.</p> <p>(B) é uma transcrição e a certidão, uma declaração.</p> <p>(C) é uma declaração e a certidão, uma transcrição.</p> <p>(D) não difere da certidão.</p> <p>(E) tem caráter probatório e a certidão, não.</p>

Instruções: Considere o documento abaixo para responder às questões de números 46 e 47.



46. O documento transcrito pode ser identificado, quanto à tipologia, como
- (A) compromisso, isto é, conjunto de normas que regem as finalidades, funcionamento, direitos e obrigações de uma entidade privada.
 - (B) despacho, isto é, decisão proferida por autoridade em autos ou papéis administrativos, sobre assunto de sua competência.
 - (C) precatório, isto é, documento pelo qual a autoridade judiciária ou fazendária emite ordem relativa à apreensão de bens.
 - (D) assento, isto é, registro de compromisso feito a partir de declaração ou de cópia certificada de um ato.
 - (E) aviso, isto é, veículo pelo qual certos ministros e secretários de Estado transmitiam a outros secretários ou a presidentes de tribunais ordens régias, expedidas em nome do soberano.
-
47. Quanto ao órgão que o produziu, trata-se
- (A) da Marinha.
 - (B) da Câmara de Lisboa.
 - (C) da Praça Comercial.
 - (D) do Conselho da Fazenda.
 - (E) da Alfândega.

<p>48. Do ponto de vista diplomático, são estágios de preparação e transmissão de documentos</p> <p>(A) original e cópia.</p> <p>(B) manuscrito e impresso.</p> <p>(C) processo e dossiê.</p> <p>(D) forma e conteúdo.</p> <p>(E) identificação e disseminação.</p>	<p>53. A identificação dos fundos é tarefa que requer, previamente, o conhecimento</p> <p>(A) do levantamento do potencial informativo dos documentos acumulados.</p> <p>(B) da disposição dos documentos no interior das diferentes séries.</p> <p>(C) dos métodos de classificação empregados pelos órgãos produtores.</p> <p>(D) das determinações estabelecidas na tabela de temporalidade.</p> <p>(E) da estrutura organizacional e do funcionamento das instituições.</p>
<p>49. Nos arquivos permanentes, o potencial informativo dos documentos</p> <p>(A) é inversamente proporcional ao seu grau de sigilo.</p> <p>(B) extrapola as razões pelas quais foram acumulados.</p> <p>(C) depende de sua vigência jurídico-administrativa.</p> <p>(D) equivale ao que lhes permite o valor primário.</p> <p>(E) não favorece a pesquisa retrospectiva.</p>	<p>54. Notação, em Arquivística, equivale</p> <p>(A) ao registro do documento em arquivo notarial.</p> <p>(B) ao código de localização dos documentos no acervo.</p> <p>(C) à reunião de dois processos sobre o mesmo assunto.</p> <p>(D) à anotação sobre a adequada tramitação dos processos.</p> <p>(E) à complementação do registro de entrada no protocolo.</p>
<p>50. O princípio arquivístico da organicidade baseia-se na relação entre</p> <p>(A) as atividades-fim e as atividades-meio.</p> <p>(B) as atividades da instituição e as de entidades congêneres.</p> <p>(C) os documentos e as atividades da instituição.</p> <p>(D) os originais e as cópias dos documentos.</p> <p>(E) os documentos e os assuntos tratados.</p>	<p>55. A norma ISAD(G) estabelece, para a descrição arquivística,</p> <p>(A) avaliação, seleção e descarte.</p> <p>(B) autor, título e data.</p> <p>(C) contexto, conteúdo e estrutura.</p> <p>(D) análise, síntese e difusão.</p> <p>(E) tramitação, transferência e recolhimento.</p>
<p>51. Um plano de classificação deve basear-se</p> <p>(A) nos gêneros documentais, formatos e suportes.</p> <p>(B) no conteúdo informacional dos documentos que integram as diferentes séries.</p> <p>(C) no grau de sigilo e no período de vigência dos documentos.</p> <p>(D) nas classes ou assuntos dos documentos de interesse histórico.</p> <p>(E) na estrutura, funções e atividades das instituições de origem dos documentos.</p>	<p>56. Como instrumento de pesquisa, o guia deve</p> <p>(A) tomar por unidade documentos previamente selecionados, pertencentes a um ou mais fundos.</p> <p>(B) orientar o usuário quanto ao funcionamento, a natureza dos fundos e os serviços prestados pelo arquivo.</p> <p>(C) descrever minuciosamente o conteúdo das séries documentais.</p> <p>(D) relacionar de forma sistemática descritores ou palavras-chave que recuperem o conteúdo dos documentos.</p> <p>(E) indicar, na ordem de numeração dos depósitos, estantes e prateleiras, o lugar ocupado pelas unidades de arquivamento.</p>
<p>52. Quando se suprime a unidade produtora de documentos tem-se um fundo</p> <p>(A) eliminado.</p> <p>(B) protocolado.</p> <p>(C) fechado.</p> <p>(D) sob custódia.</p> <p>(E) contínuo.</p>	<p>57. A norma ISAD(G) preconiza</p> <p>(A) o abandono do princípio da proveniência.</p> <p>(B) a adoção do método de classificação decimal.</p> <p>(C) o respeito às tradições arquivísticas de cada país.</p> <p>(D) uma descrição que vai do geral para o particular.</p> <p>(E) a montagem de planos de destinação de documentos.</p>

<p>58. O programa descritivo de uma instituição arquivística deve priorizar</p> <p>(A) os instrumentos de pesquisa genéricos.</p> <p>(B) os temas valorizados pela historiografia contemporânea.</p> <p>(C) os documentos mais antigos.</p> <p>(D) as datas festivas e comemorações.</p> <p>(E) os documentos a serem eliminados.</p>	<p>62. Consideram-se sigilosos os documentos</p> <p>(A) referentes à honra e à imagem das pessoas.</p> <p>(B) que ainda não foram devidamente registrados em cartórios.</p> <p>(C) correspondentes aos atos dispositivos do poder executivo.</p> <p>(D) cujos prazos de acesso não podem ser prorrogados por imposição judicial.</p> <p>(E) desprovidos de sinais de validação.</p>
<p>59. O arquivo público, por meio de suas atividades culturais, pode</p> <p>(A) permitir o livre acesso dos consulentes aos depósitos de documentos.</p> <p>(B) selecionar os documentos mais importantes do acervo, distribuindo-os para instituições congêneres.</p> <p>(C) transformar-se em centro de memória, classificando os documentos em função das demandas dos pesquisadores.</p> <p>(D) contribuir para o desenvolvimento da noção de cidadania e reforçar a importância do patrimônio arquivístico.</p> <p>(E) promover a reavaliação do acervo permanente, levando em conta a frequência com que os documentos são consultados.</p>	<p>63. De acordo com a Constituição Brasileira de 1988,</p> <p>(A) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, dependerá da intermediação de advogados.</p> <p>(B) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios dar fé dos documentos públicos.</p> <p>(C) o direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas encontra seu limite no direito à informação e ao conhecimento, garantido a todos.</p> <p>(D) o <i>habeas data</i> assegura ao impetrante informações relativas a terceiros, desde que constantes de registros ou bancos de dados governamentais.</p> <p>(E) cabem à administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.</p>
<p>60. O serviço educativo de um arquivo público está voltado para</p> <p>(A) a colaboração com as atividades didáticas do ensino fundamental e médio, sobretudo na área de História.</p> <p>(B) o treinamento de seus próprios funcionários e de funcionários de empresas particulares.</p> <p>(C) o preparo de dissertações e teses de História dos cursos de pós-graduação.</p> <p>(D) a orientação dos estudantes que pretendem ingressar nos cursos superiores de Arquivologia.</p> <p>(E) a cooperação técnica com os arquivos da secretaria da Educação.</p>	<p>64. Entende-se por microfilmagem de substituição a que incide sobre</p> <p>(A) outros microfilmes, com o propósito de substituí-los por material mais novo.</p> <p>(B) instrumentos de pesquisa, para facilitar a consulta aos documentos.</p> <p>(C) documentos de guarda temporária, com vistas ao aproveitamento de espaço.</p> <p>(D) documentos muito antigos, para a realização de edições fac-similares.</p> <p>(E) documentação iconográfica, a fim de melhorar a qualidade da imagem.</p>
<p>61. De acordo com a Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, o órgão a quem compete o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo poder executivo federal é o</p> <p>(A) Arquivo do Distrito Federal.</p> <p>(B) Arquivo Nacional.</p> <p>(C) Arquivo Municipal do Rio de Janeiro.</p> <p>(D) Arquivo da Câmara dos Deputados.</p> <p>(E) Gabinete do Presidente da República.</p>	<p>65. Os documentos eletrônicos são distintos dos documentos em suporte-papel, pois</p> <p>(A) não alcançam valor histórico.</p> <p>(B) são desprovidos de autenticidade.</p> <p>(C) têm espécies e tipos indeterminados.</p> <p>(D) demandam diferentes métodos de leitura e de conservação.</p> <p>(E) só podem ser analisados por cientistas da informação.</p>

66. Na chamada era da informação, à medida que os documentos de arquivo nascem, circulam e são armazenados em meio eletrônico,

- (A) os arquivistas serão substituídos pelos especialistas em sistemas informatizados.
- (B) a classificação é uma atividade que antecede a própria produção documental.
- (C) a avaliação não é necessária, pois os documentos ocupam pouco espaço.
- (D) os princípios arquivísticos cedem lugar aos métodos de indexação de conteúdo.
- (E) a administração e o direito dispensam o uso de provas documentais.

67. Contrato de prestação de serviços é exemplo de

- (A) espécie documental.
- (B) gênero documental.
- (C) suporte.
- (D) formato.
- (E) tipo documental.

68. Na solução de problemas de mudança de suporte, para fins de guarda prolongada de documentos, a literatura arquivística recomenda o uso de

- (A) disco óptico.
- (B) fita magnética.
- (C) disco rígido.
- (D) filme de sais de prata.
- (E) pergaminho.

69. Na conservação dos arquivos, deve-se

- (A) fazer o monitoramento da temperatura e da umidade relativa, por meio do termo-higrômetro.
- (B) expor os documentos à radiação ultravioleta, para que o papel não fique ressecado.
- (C) utilizar fungicidas e água no combate aos esporos ativos e dormentes.
- (D) permitir que os gases e partículas sólidas atuem no controle da qualidade do ar.
- (E) passar borracha nos papéis de textura porosa, para efetuar limpeza de superfície.

70. Para estabilizar os documentos, interrompendo o processo de deterioração de seu suporte, deve-se

- (A) aplicar solventes na limpeza de superfície.
- (B) adotar procedimentos arquivísticos irreversíveis.
- (C) utilizar materiais de qualidade arquivística.
- (D) evitar colas à base de metilcelulose.
- (E) promover a cultura de térmitas.